

-----**ACTA N.º 2/2010**-----

-----Aos onze dias do mês de Janeiro de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada por, Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente da Câmara** questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por alertar o Senhor Presidente para um assunto, que já tinha referido no anterior mandato em sessão da Assembleia Municipal, que se prendia com o facto de a fossa existente no Bairro de Santa Eufêmea, cuja situação se vem a degradar, pelo que solicitou que os serviços técnicos fizessem um estudo para aferir o porquê de a fossa transbordar quase diariamente.-----

-----Pretendeu ainda ser esclarecido sobre em que ponto é que está o grau de cumprimento do protocolo celebrado com o Sporting Celoricense. --

-----De seguida referiu-se à legislação que obriga à publicação das contas oficiais, quer da EMCEL, quer da Autarquia, para dizer que no site da autarquia nada consta relativo à Empresa Municipal.-----

-----Referiu-se também ao manifesto eleitoral do Partido Socialista, onde constava um apoio à natalidade, não se recordando de ter visto esta situação contemplada em orçamento, pelo que gostaria de ser esclarecido sobre a sua aplicabilidade ou não, uma vez que tinha conhecimento que alguns jovens casais já se tinham dirigido à autarquia para solicitarem o mesmo. -----

-----Por último, referiu-se ao estudo geotécnico que a autarquia, segundo informação do Senhor Presidente da Câmara, tinha solicitado ao Instituto Politécnico da Guarda, para estudo de uma solução para as piscinas municipais, pretendendo saber se já tinham valores sobre o mesmo, porque na sua opinião, o facto de as piscinas estarem fechadas é uma falha muito grave.-----

-----Em resposta ao Senhor Vereador o **Senhor Presidente da Câmara** relativamente à fossa colectiva disse que, o que está a acontecer nesta, está a acontecer em todas as outras existentes no concelho, que é a sua saturação, ou seja estas fossas existem há muito tempo e deveriam actualmente ter sido substituídas por outra solução, que passaria pela ligação ao colector público, mas ainda não é viável porque a empresa concessionária destes serviços ainda não concluiu a ETAR. -----

-----Disse que iria alertar os serviços técnicos para a situação, que através de uma limpeza da fossa e escoamento da zona, poderiam minimizar os danos, mas que efectivamente a única solução viável, passará pela ligação ao colector e subsequente tratamento. No entanto referiu, uma vez mais que iria alertar o Encarregado Geral e os Serviços

Técnicos para que envidassem todos os esforços, de forma a não permitir o transbordo desta e de todas as outras fossas. -----

-----Informou que, em termos de saneamento só as ETAR's de Vale de Azares e Lageosa de Mondego estão numa fase mais adiantada. -----

-----Relativamente ao protocolo com o Sporting Clube Celoricense, disse que o entristece a forma como os responsáveis, quer sejam dirigentes, equipa técnica e mesmo alguns jogadores, vão para a praça pública e mais concretamente para a comunicação social, expor o assunto e cobrar responsabilidades à Câmara Municipal, de facto e para conhecimento de todos, esclareceu que a autarquia de Celorico da Beira, do protocolo que firmou com este clube, relativo à época passada deve a quantia de 200€. ---

-----Disse ainda que a autarquia representada por um dos seus Vereadores havia reunido com os responsáveis dos clubes do concelho, onde este clube também esteve representado, para estudo de uma proposta para a próxima época que será presente numa próxima reunião de Câmara, proposta esta que apresenta soluções distintas para casos distintos, para os clubes que militam na 1.ª e 2.ª divisão e para as camadas jovens, etc.-----

-----Disse ainda que, infelizmente os clubes quando se referem ao hipotético incumprimento por parte da autarquia mencionam somente o subsídio, esquecendo-se que a autarquia presta aos clubes do concelho um apoio logístico muito significativo e que não é tido em conta no total do montante atribuído. -----

-----Relativamente à publicação das contas informou que iria alertar os serviços para esse facto e daria indicações para que a legislação fosse cumprida.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que em termos legais, os ajustes directos também devem ser publicados, frisando que os da EMCEL não constam no site e os da autarquia que estão publicados são em número reduzido e não lhe parece que reflectam a realidade. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que nesta Câmara Municipal tudo é feito nos termos da lei. Relativamente à proposta constante do manifesto informou que a mesma era uma proposta para o mandato, que se estava agora a iniciar e que seria posta em prática depois de criadas as condições. -----

-----Relativamente ao estudo geotécnico informou que o mesmo já foi recebido na autarquia e que está para estudo e análise dos técnicos. Frisou que as preocupações do Senhor Vereador relativamente ao facto de as piscinas municipais estarem encerradas são comuns ao Executivo porque de facto é um equipamento que faz falta ao concelho e espera que o estudo geotécnico apresente uma solução que viabilize a sua reabertura.-

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** começou por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara sobre as certidões das actas que tinha solicitado, designadamente a certidão da acta do dia 2 de Dezembro relativa à intervenção do público e a certidão da deliberação relativa à restituição de 1/3 do vencimento ao Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente entregou a primeira certidão e informou que a outra estava no Gabinete Jurídico e que iria ser enviada por correio, juntamente com outros documentos solicitados pelo Senhor Vereador. -----

-----De seguida o Senhor Vereador perguntou ao Senhor Presidente sobre o seguro dos eleitos locais, uma vez que este assunto esteve agendado e foi retirado para análise e ainda não foi objecto de deliberação.

-----Solicitou que o Senhor Presidente mandasse processar as senhas de presença dos Vereadores, porque têm o direito de receber ao mesmo tempo que o Executivo recebe os seus ordenados. -----

-----Por último referiu-se a um ofício endereçado a esta autarquia por uma munícipe do Minhocal sobre danos provocados pelo fogo de Natal, pretendendo saber qual o ponto da situação e se autarquia pretende tomar alguma medida na resolução do problema. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente ao seguro dos eleitos locais informou que tinha sido solicitado um parecer à ANMP e que assim que fosse recebido, o assunto seria novamente presente a reunião de Câmara. -----

-----Relativamente às senhas de presença informou que sempre pagou as mesmas, tendo pago inclusive as que estavam em atraso e não diziam respeito ao seu mandato, referiu que poderá não ser com a celeridade pretendida, mas serão pagas de certeza. -----

-----Relativamente ao fogo de Natal informou que foram tomadas as mesmas medidas nesse caso que foram tomadas em todos os outros. -----

-----Disse que já tiveram uma reunião com a Senhora, que uma equipa se deslocou ao local e foi feita uma limpeza, que foi dado conhecimento da situação aos técnicos do Gabinete Florestal que estão a estudar o assunto.

-----No entanto, frisou que o fogo de Natal é licenciado pela autarquia e tem que respeitar uma série de condicionalismos.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** ainda no uso da palavra apresentou as seguintes propostas para deliberação:-----

-----1) Atribuição de subsídio à Associação de Melhoramentos, Cultural, Desportiva com Apoio à Infância de Vila Boa do Mondego;-----

-----2) Inspecção à Câmara Municipal e à EMCEL por parte do IGAL.-----

-----Em resposta ao solicitado pelo Senhor Vereador, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que, relativamente à primeira proposta, a mesma já tinha sido debatida e apreciada numa reunião de Câmara. Na sua opinião não vê qualquer interesse em o Executivo estar novamente a pronunciar-se sobre o mesmo assunto.-----

-----De seguida colocou à votação a inclusão da proposta do Senhor Vereador Júlio Santos, na Ordem de Trabalhos desta reunião, que foi rejeitada, com três votos contra, do Senhor Presidente da Câmara e dos

Senhores Vereadores, José Luís Cabral e António Silva, uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos e um voto a favor, do Senhor Vereador Júlio Santos.-----

-----Relativamente à segunda proposta o Senhor **Vereador Victor Santos** quis saber quais os fundamentos para o pedido efectuado.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que considera que estão a ser cometidas ilegalidades, quer na autarquia, quer na EMCEL, que o impelem a tomar esta medida, frisando que se o Executivo não o fizer o irá fazer ele a título pessoal. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** colocou à votação a inclusão da proposta na Ordem de Trabalhos da presente reunião, do Senhor Vereador Júlio Santos com o seguinte título “**Inspecção à Câmara Municipal e à EMCEL por parte do IGAL**”, sendo a mesma reprovada com três votos contra, do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores, José Luís Cabral e António Silva, uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos e um voto a favor, do Senhor Vereador Júlio Santos. -----

-----O Senhor Vereador **Júlio Santos** requereu certidão desta deliberação. -----

-----De seguida, pediu a palavra o Senhor Vereador **José Luís Cabral** começando por se referir a um texto postado num blogue do MAJUSP, que se refere à sua pessoa. Sobre o assunto pretendeu deixar bem claro que, efectivamente foi acusado pelo Ministério Público, de um crime de peculato, mas somente foi acusado, não foi julgado, nem condenado. -----

-----Esclareceu que o suposto crime se ficou a dever ao facto de na altura, então funcionário da autarquia Celoricense ter feito uma viagem ao EUA, integrando uma comitiva da qual fazia parte o edil de então, Júlio

Santos, da qual recebeu ajudas de custos. Frisa que somente preencheu o cabeçalho do documento de ajudas de custos, porque foi informado que tinha direito às mesmas, caso contrário nunca o teria feito. Referiu que o documento para ser processado tem que ser assinado e autorizado pelo Presidente da Câmara o que, na altura aconteceu. -----

-----Esclareceu ainda que assim que foi contactado pelo Ministério Público sobre a situação repôs a quantia referente à ajuda de custo recebida, dizendo que está de consciência tranquila e nada deve a esta autarquia. -----

-----Referindo-se em concreto ao texto, estranha o facto de só o seu nome aparecer uma vez que não é o único que está acusado, existindo muitas outras pessoas, inclusive muitas delas com relação directa com o ora Vereador Júlio Santos. Bem como, intencionalmente parece que também se esqueceram de referir o número escandaloso de bens que o edil de então, Júlio Santos e esposa adquiriram e usufruíram, para benefício próprio, delapidando os bens da autarquia e prejudicando o Município de Celorico da Beira, durante muitas dessas deslocações.-----

-----Por último, disse que a acreditar na justiça, os culpados, esses sim, serão julgados e condenados e deixou um conselho ao edil de então, ora Vereador que respeitasse os Celoricenses e não envergonhasse o concelho de Celorico da Beira.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que o blogue a que se refere é do MAJUSP, que são 1500 pessoas. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** no uso da palavra disse que esta é mais uma situação vergonhosa que se passou em Celorico da Beira. Disse que louva a atitude do governo em pôr cobro a situação desta natureza, com a criação do Conselho de Prevenção da Corrupção, que tem como objectivo a elaboração de planos de gestão de riscos de corrupção, pelas entidades gestoras de dinheiros, valores ou património público.

Informou que a Autarquia Celoricense, constituiu um grupo de trabalho, para a elaboração deste plano, que fez o estudo nos departamentos mais passíveis destes comportamentos, caso da área financeira e obras e que já foi enviado para o Tribunal de Contas.-----

-----Relativamente à situação em concreto disse que lamenta que situações destas aconteçam, com autarcas que estrangulam a sua capacidade e depois caem na barra dos tribunais. Disse que gostaria de propor que governo, que Celorico da Beira fosse um caso de estudo, de candidatos com fortes suspeitas de condenação.-----

-----O Senhor Vereador dirigindo-se ao Senhor Vereador Júlio Santos disse que o está constantemente a interromper, frisando que não lhe dirige a palavra, por isso que se abstenha de o fazer. -----

-----Relativamente ao blogue disse que a sua gestão é da responsabilidade de um movimento, cujo líder é o Senhor Vereador Júlio Santos, perante este facto pretendeu saber se podia inscrever-se no respectivo blogue e se a informação aí veiculada e em especial a que diz respeito aos comentários é filtrada. -----

-----Referiu-se uma vez mais à questão da legalidade para introduzir a questão que coloca de seguida, que também vai de encontro às medidas preventivas que têm de ser tomadas pelos organismos públicos, referindo-se em concreto à criação de uma Fundação, que deixou de ser reconhecida pela Câmara Municipal e pelo governo, mas onde funciona uma creche e jardim-de-infância, cuja actividade é cuidar de crianças. Nesta sequência gostaria de ter cópia do licenciamento desta actividade, bem como ser informado se o espaço está equipado para confeccionar comida e se detém alvará.-----

-----Gostaria também de ser esclarecido se esta instituição recebe algum subsídio da Segurança Social. -----

-----Relativamente à Fundação e uma vez que a mesma não é reconhecida pelo governo, considera que a autarquia deveria proceder ao levantamento de todos os subsídios atribuídos e apoios concedidos para

serem restituídos, incluindo as próprias instalações, porque se trata de património da autarquia. -----

-----Referiu que tem conhecimento que a autarquia adquiriu bens, no âmbito de um Programa de Luta contra a Pobreza, cujo paradeiro se desconhece, pelo que gostaria que este programa fosse auditado. Pretendia que fossem identificados esses bens, nomeadamente viaturas automóveis e qual foi o processo de transferência dos mesmos.-----

-----Referiu-se ainda ao facto de no âmbito do programa das Aldeias Históricas de Portugal, terem sido efectuadas candidaturas para beneficiação das coberturas da aldeia histórica de Linhares da Beira, solicitando que também este processo fosse auditado, bem como se todas as obras efectuadas foram efectivamente pagas pelos beneficiários. -----

-----De seguida requereu certidão da presente intervenção e que a mesma seja distribuída internamente pelos departamentos para que dêem andamento ao solicitado. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, incluir na ordem de trabalhos o seguinte ponto:-----

-----**“SUBCONCESSÃO DOURO INTERIOR, IP2 – TRANCOSO/CELORICO DA BEIRA IP5” – PROJECTO DE DESVIO DE TRÂNSITO TEMPORÁRIO.** -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos:** -----

-----Voto contra a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos, porquanto considero que a Câmara poderia tê-lo incluído na mesma, e assim não o fez, foi para que a oposição não se pudesse previamente informar para a discussão do mesmo. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E NOVE**-----

-----Foi presente a acta número vinte e quatro, da reunião ordinária do Executivo de 16 de Dezembro de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.--

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** apresentou uma proposta de alteração à acta relativa à sua intervenção no período de Antes da Ordem do Dia, que não foi aceite pelo Senhor Presidente da Câmara por considerar que o Senhor Vereador não tinha dito o que agora pretendia que constasse na acta.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** colocou o texto da acta a aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas correcções, foi a mesma aprovada por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos.**-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** depois de ouvir as palavras do Senhor Vereador Júlio Santos disse que de facto o Senhor Vereador havia dito o que pretendia agora incluir na acta, mudando a sua posição de voto, votando contra a aprovação da acta.-----

-----Declaração de voto vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos:**-----

-----A confusão está instituída depois da tomada de posição do Senhor Presidente da Câmara relativamente à alteração da acta, nos termos requeridos pelo Vereador Júlio Santos, nos termos do qual solicitava que fosse incluído na acta que a resposta que o Senhor Presidente lhe deu

relativamente ao ofício que lhe tinha remetido por escrito no qual solicitava informação sobre “Relações laborais ou de prestação de serviços entre Paulo Mimoso, Unipessoal, Lda. e a Câmara Municipal”, o Senhor Presidente nada me respondeu ao contrário do que está escrito na acta. A resposta que lhe deu referia-se a um primeiro ofício no qual se questionou o mesmo assunto, mas relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, Paulo Mimoso. -----

-----Aproveita para referir que face à atitude prepotente do Senhor Presidente da Câmara em não admitir a correcção da acta (veja-se a declaração do Senhor Vereador Victor Santos sobre o assunto), a partir de agora o Senhor Vereador Júlio Santos reserva-se o direito de desconfiar do teor das actas deste Executivo e sua conformidade face ao que nas reuniões é dito. -----

-----Declaração de voto do Senhor **Presidente da Câmara**:-----

-----A minha atitude foi no sentido de não ter qualquer falta de respeito para com o Senhor Vereador Júlio Santos. Quanto à questão colocada sobre a resposta relativa ao assunto “Relações laborais ou de prestação de serviços entre Paulo Mimoso, Unipessoal, Lda. e a Câmara Municipal”, refiro que a mesma foi enviada ao Senhor Vereador, conforme descrito na acta n.º 24/2009, de 16 de Dezembro. Relativamente ao referido pelo Senhor Vereador Victor Santos, acresce que as suas palavras foram proferidas depois de o assunto ter sido exposto e a acta ter sido votada.-----

-----**II - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA 2010**-----

-----Foi presente proposta da Secção de Contabilidade e Património, datada de 17 de Dezembro de 2009, com o seguinte teor:-----

-----“Na actividade da Câmara Municipal de Celorico da Beira há necessidade, por vezes, de realizar pequenas despesas, urgentes, inadiáveis e imprevisíveis que têm de ser pagas de imediato.-----

-----Para esse efeito é conveniente haver fundos de maneo que possibilitem o pagamento dessas despesas.-----

-----A constituição e funcionamento dos fundos de maneo estão sujeitos ao Regulamento Interno, em vigor. -----

-----Dado existirem diferentes naturezas de despesas, torna-se necessário a constituição de vários Fundos de Maneio, assim propomos atribuir:-----

-----Ao funcionário João Miguel Cabral Inácio, Assistente Técnico de Serviço de Armazém e Aprovisionamento, atribuir o montante de 1000€, para fazer face a despesas correntes das seguintes rubricas: -----

-----020108 – Material de Escritório – 500€;-----

-----020104 – Limpeza e Higiene – 100€; -----

-----020121 – Outros bens – 400€.-----

-----Ao funcionário António Almeida Plácido, Encarregado Operacional, atribuir o montante de 1000€, para fazer face a despesas correntes das seguintes rubricas:-----

-----020112 – Material de Transporte – Peças – 600€; -----

-----020114 – Outro Material Peças – 200€;-----

-----020225 – Outros Serviços – 200€.-----

-----Atribuir o montante de 500€, à funcionária Catarina Vanessa Andrade Santos Mimoso ou Isabel Maria de Almeida Araújo Ferreira, para fazer face a despesas correntes das seguintes rubricas: -----

-----020209 – Comunicações – 200€; -----

-----020119 – Artigos Honoríficos e de Decoração – 100€;-----

-----020211 – Despesas de Representação – 200€. -----

-----À funcionária Maria Joana Dias Braga, Assistente Técnica, atribuir o montante de 1000€, para fazer face a despesas correntes das seguintes rubricas: -----

-----020220 – Outros Trabalhos Especializados com GOP n.º 2009/5101
– Eventos e Exposição de Produtos Regionais. -----

-----Mais se informa que estes Fundos de Maneio estão sujeitos ao Regulamento de Controlo Interno, de acordo com a alínea b) e c) do n.º 4, do artigo 12.º. -----

-----Caso haja necessidade de atribuir um Fundo de maneio que não tenha sido mencionado anteriormente, este deverá ser constituído, considerando o ponto 2.3.4.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), bem como o artigo 12.º do Regulamento de Controlo Interno da Câmara Municipal de Celorico da Beira que prevê “Em caso de reconhecida necessidade a constituição de Fundos de Maneio, correspondendo a cada um uma dotação orçamental, visando o pagamento de despesas urgentes e inadiáveis”.-----

-----Mais se informa que estes Fundos de Maneio estão sujeitos ao Regulamento de Controlo Interno, de acordo com a alínea b) e c) do n.º 4, do artigo 12.º. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por questionar se não existia na autarquia um Responsável de Manutenção, uma vez que as rubricas do fundo de maneio da responsabilidade do Encarregado Operacional, dizem respeito somente à manutenção. -----

-----Referiu-se ainda ao facto de existir um fundo de maneio partilhado entre duas funcionárias, o que na sua opinião não tem qualquer fundamento. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o Responsável Operacional é também Responsável pela Manutenção daí o fundo de maneio ser constituído em seu nome.-----

-----Relativamente à partilha do fundo de maneio, informou tratar-se das funcionárias que integram o Gabinete de Apoio à Presidência. -----

-----A Câmara deliberou aprovar, com 3 votos a favor, 1 voto contra, do Senhor Vereador Júlio Santos e uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, a presente proposta de constituição de fundos de maneo para o ano de 2010, devendo, por isso proceder-se em conformidade com a mesma. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----A declaração de voto vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos**:-----

-----Voto contra, esta proposta, porquanto considero que face à dimensão desta Câmara Municipal, em forma quer de pessoal, quer de gestão de fundos, um fundo de maneo único chegaria para facilmente resolver as situações de urgência e não previsto. -----

-----O referido fundo deveria ficar sobre a alçada dos Serviços Financeiros com a tutela do Vereador do Pelouro. -----

-----III - **SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: APOIO TÉCNICO PARA EXECUÇÃO DE PROJECTO**-----

-----Foi presente requerimento do Gabinete de Obras Particulares n.º 923, datado de 24/11/2009, referindo que foi solicitado pelo Senhor António Rodrigues Lopes Patusco, residente na freguesia da Carrapichana, apoio técnico, por se encontrar numa situação de carência, para a execução do projecto relativo a uma padaria. Pelo Gabinete de Acção Social foram avaliados os critérios sobre a situação de carência, informando que com base no artigo n.º 3 do Regulamento de Situações de Carência, este agregado familiar não reúne as condições exigíveis, pelo que o Gabinete de Obras não poderá satisfazer a pretensão do requerente.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que se tratava de uma padaria que confecciona pão biológico e que embora não se integrasse nos apoios sociais, poderia, na sua opinião, ser analisado numa

óptica de empreendedorismo e criação de postos de trabalho, fazendo todo o sentido que o pedido seja reformulado e novamente analisado. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** concorda com o Senhor Presidente e dado tratar-se de um produto com estas características, poderia ser analisado por essa via, dentro da actividade económica e ser concedido o apoio, devendo ser reformulado o pedido, nestes termos. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que aquando da aprovação do orçamento não se recorda de ter visto qualquer medida de apoio dirigido às empresas, lamentando uma vez mais não ter sido ouvido aquando da execução do mesmo. -----

-----Relativamente ao assunto disse que não lhe parece adequado olhar para estas situações, numa análise somente de apoio social. Na sua opinião a Câmara deveria criar um regulamento que estabelecesse critérios e regras para ao empreendedorismo, bem como para o apoio social. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que existe uma rubrica no orçamento denominada FINICIA, que tem o propósito de financiar projectos de empreendedorismo, que serão regulamentados. Disse que este caso não deveria ser analisado pelos Técnicos de Acção Social, mas sim por outra via. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou se existe algum Gabinete que encaminhe os empresários para outras instituições e os informe dos programas a que se podem candidatar, a existir, pretendeu também saber porque não foi feito com este caso. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** informou que a autarquia encaminha os empresários de forma a poderem ser enquadrados nos programas disponibilizados para este efeito. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que uma vez que é o entendimento de todos, propõe que o Senhor António Rodrigues Lopes Patusco, residente na freguesia da Carrapichana reformule o pedido, fundamentando o mesmo, com base em critérios económicos e não sociais. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento e concorda com a proposta do Senhor Presidente da Câmara, devendo o Senhor António Rodrigues Lopes Patusco, residente na freguesia da Carrapichana reformular o pedido ora apresentado, fundamentando o mesmo em critérios de empreendedorismo, criação de postos de trabalho e protecção de uma actividade económico de interesse para o Concelho de Celorico da Beira.** -----

-----**IV - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: PROCESSO DE ACIDENTES DE TRABALHO**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente em serviço, ocorrido no dia dezassete de Dezembro de dois mil e nove, pelas dezasseis horas e trinta minutos, referente ao funcionário Gonçalo Fernando do Coito de Jesus com a categoria de Assistente Operacional, tendo este Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que ainda não tinha a informação sobre o levantamento dos acidentes de serviço da autarquia que havia já solicitado por várias vezes, bem como a análise do acidente presente à reunião de Câmara de 18 de Novembro de 2009. -----

-----Relativamente a este caso concreto disse que, da sua análise se conclui que o funcionário não estava a usar equipamento adequado de protecção, caso contrário o acidente não teria acontecido.-----

-----Referiu-se novamente ao facto de a autarquia não estar a dar cumprimento à legislação em matéria de Higiene e Segurança no Trabalho e desconhece se existe algum regulamento que estabeleça regras que obrigue a utilização de equipamentos de prevenção. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que a autarquia em colaboração com o STAL vai ministrar formação nesta área a todos os funcionários, com a colaboração da técnica responsável irá também ser feita a distribuição dos equipamentos e depois no terreno será feito um acompanhamento e monitorização do uso correcto destes meios.-----

-----O Senhor Vereador **Victor Santos** disse que do que lhe é dado a conhecer, parece que em matéria de Higiene e Segurança no Trabalho (HST) a autarquia se limita a dar formação e quando existem acidentes como este onde existe um claro atropelo das regras de HST, considera que deveriam ser tomadas outras medidas. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**V - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL** -----

-----**ASSUNTO: ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA PAGAMENTO DE RENDA** -----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e dois de Dezembro de dois mil e nove, referindo que esta Autarquia está a pagar desde 2006, um subsídio de renda à Senhora D. Maria Augusta Bigas Caetano, moradora na Rua de S. Pedro n.º 26 – Celorico da Beira. Subsídio no montante de 175,00€, destinado a completar o pagamento de uma renda para habitação e que resulta da pessoa em causa estar abrangida no Plano de Realojamento no Bairro de Santa Luzia. Face às dificuldades económicas da requerente para suportar os custos totais de uma renda para a sua habitação, o Gabinete de Acção

Social propõe a continuidade da atribuição do subsídio referido, uma vez que a Senhora se encontra desalojada pela autarquia. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade atribuir o subsídio no montante de 175,00€, destinado a completar o pagamento da renda da habitação da Senhora D. Maria Augusta Bigas Caetano.**-----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - AUXÍLIO ECONÓMICO PARA MANUAIS ESCOLARES**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e oito de Dezembro de dois mil e nove, referindo que foi solicitado a este Município auxílio económico para manuais escolares dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, conforme listagem que se anexa **(anexo I)**.-----

-----Após análise dos processos à luz do Despacho n.º 18987/2009, artigo 8.º, n.º 1, o escalão de apoio em que o agregado familiar se integra é determinado pelo seu posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família. Assim os encarregados de educação fizeram prova do seu posicionamento nos escalões de atribuição de abono de família.-----

-----Nos termos do referido despacho, artigo 8.º, n.º 2 têm direito a beneficiar dos apoios previstos no despacho, os alunos pertencentes aos agregados familiares integrados nos 1.º e 2.º, escalões de rendimentos determinados para efeitos de atribuição de abono de família.-----

-----Face ao exposto o Gabinete de Acção Social entende que estes agregados deverão ser apoiados, de acordo com o respectivo posicionamento nos escalões.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder apoio na aquisição de livros escolares, aos alunos referenciados na lista em anexo à presente acta.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS DE CARÊNCIA -
REGULAMENTO CREHE/ATL/COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA** -----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e oito de Dezembro de dois mil e nove, referindo que em deliberação de Câmara de dois de Dezembro de dois mil e nove, foram aprovadas as situações excepcionais dos agregados familiares cuja capitação mensal seja igual ou inferior a 150,00€, dão conhecimento que nos termos da proposta se enquadram 18 processos, conforme listagem que se anexa (**anexo II**) e que estão disponíveis para consulta no Gabinete de Acção Social. -----

-----**A Câmara deliberou aprovar por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, os processos constantes da informação do Gabinete de Acção Social, relativos a situações excepcionais de carência.**-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos:** -----

-----Voto contra esta proposta, no ponto em que diz respeito à Creche, pois como venho dizendo desde o início do meu mandato como Vereador, a Creche Municipal deve ser extinta, pois está a onerar gravemente as finanças municipais. Acresce que há no Concelho muitas IPSS's que podiam prestar o mesmo serviço de modo eficiente sem que o erário municipal fosse afectado. -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador José Luís Cabral:** -----

-----É com agrado que vejo que o Senhor Vereador está interessado na defesa do património da autarquia, só é pena que não tenha dito que foi ele o responsável enquanto autarca pela criação da Creche Municipal. Lamento que o Senhor Vereador Júlio Santos se ausente da sala quando

estão a ser debatidos assuntos tão importantes como este. Numa reunião anterior solicitei que fosse efectuado o levantamento de todas as IPSS's do Concelho, com o respectivo mapa de pessoal, plano de segurança, alvarás e se realmente estão a funcionar de acordo com a lei em vigor, e quando estiver concluído é com agrado que iremos verificar que a Creche Municipal cumpre todos os critérios e requisitos, ao contrário de muitas outras, porque o que realmente é importante é o bem-estar das crianças e das famílias.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que a intervenção do Senhor Vereador José Luís Cabral não tem qualquer importância e deve ser eliminada da acta, porquanto é ilegal, nos termos do artigo 93.º da lei-quadro das competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos autárquicos (Lei n.º 169/99, de 18/9, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1), deve ficar registado na acta voto de vencido as razões que o justifiquem por parte do membro do órgão que votar contra ou voto vencido, assim, o emissor desta declaração fica isento da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada, n.º 1 e 3 do referido artigo. -----

-----Atendendo a que o Senhor Vereador votou favoravelmente a proposta, não pode ser admitida qualquer declaração pois o mesmo lhe está vedado por lei.-----

-----Interveio o Senhor **Vereador José Luís Cabral** dizendo que o Senhor Vereador é Vereador e age como se fosse Presidente deste órgão. Mas não é. Já foi. Portanto a minha declaração mantêm-se e deve a mesma constar da acta.-----

-----**VI - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE VILA BOA DO MONDEGO - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de vinte e nove de Dezembro de dois mil e nove, referindo que no âmbito da reforma da Reorganização da Rede Escolar, levada a efeito pelo Ministério da Educação, ficaram devolutos alguns edifícios onde funcionaram Escolas Primárias e como tal a Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego solicitou oportunamente a cedência do edifício escolar da freguesia, cujas instalações se destinam a fins de utilidade pública. -----

-----Com o intuito de salvaguardar os interesses das partes envolvidas, tem-se adoptado a celebração de “Contratos de Comodato”, contendo as cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias. --

-----Considerando que no âmbito das atribuições e competências previstas respectivamente na Lei 159/99 e 169/99, e ulteriores alterações, não se vislumbra qualquer inconveniente na satisfação do pedido formulado pela Junta de Freguesia, pelo que é presente a proposta para: ---

-----1 - Aprovação da minuta do “Contrato de Comodato” a celebrar entre o Município e a Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego; -----

-----2 – Para o efeito que seja legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira para, em nome da Autarquia, proceder a outorga do referido documento.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que este contrato de comodato vem no seguimento de uma política adoptada pela autarquia que se consubstancia na manutenção destes espaços, para que os mesmos não sejam vetados ao abandono e possam eventualmente servir interesses sociais e culturais das freguesias onde se inserem.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que nada tem em contrário à celebração destes contratos, propondo somente que ficasse registado no

clausulado que seja dado seis meses de prazo ao segundo outorgante para restituir o imóvel nas condições acordadas. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** pretendeu saber se a Dr.^a Maria do Céu Louro é funcionária do Gabinete Jurídico e qual o contrato que tem com a autarquia. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse ao Senhor Vereador que esta informação já lhe tinha sido prestada em reuniões anteriores.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego, referente à cedência das instalações da antiga escola primária de Vila Boa do Mondego** -----

-----**Mais deliberou legitimar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, em nome da Autarquia, para proceder à outorga do referido documento.**-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos**: -----

-----Voto a favor da cedência, mas alerto a Câmara que não pode aceitar pareceres, nem informações jurídicas assinadas pela Sr.^a Dr.^a Maria do Céu Louro. Ao que o Senhor Presidente da Câmara informou a referida Sr.^a Dr.^a é avençada da Câmara Municipal e nos termos da lei não tem competência para fazer este tipo de serviço. Alerto ainda para a responsabilidade pessoal e financeira pelos responsáveis por esta situação e pela sua manutenção. Já enviei proposta de deliberação para a próxima reunião do Executivo, nos termos da qual proponho a revogação do referido contrato de avença. -----

-----**VII - NOMEAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL CELORICENSE (EMCEL) PARA O MANDATO 2009/2013**-----

-----Foi apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, uma proposta onde refere que a Empresa Municipal Celoricense (EMCEL) é uma entidade empresarial municipal (EEM) que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.-----

-----Considerando que, nos termos do disposto do Conselho de Administração é coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, sem prejuízo dos actos de exoneração e da continuação de funções até à efectiva substituição;-----

-----Considerando que, na sequência dos resultados das eleições autárquicas realizadas a 11 de Outubro de 2009, os órgãos autárquicos tomaram posse, no dia 2 de Novembro de 2009, tendo os respectivos titulares iniciado um novo mandato de quatro anos;-----

-----Considerando que, compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1, do art.º 64º, da Lei n.º 169/99 de 18/9, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1, conjugado com o disposto nos artigos 7.º e 8.º dos Estatutos da EMCEL, nomear para o Conselho de Administração da EMCEL, para o mandato 2009/2013:-----

-----Presidente: José Francisco Gomes Monteiro. -----

-----Vogais: José Luís Saúde Cabral e António Graça Silva.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** começou por dizer que tinha estado presente na sessão da Assembleia Municipal onde foi apresentado o orçamento da EMCEL e assim sendo considera esse orçamento nulo, porque foi aprovado por um Conselho de Administração que não tinha competência para o aprovar, o que significa que todos os actos praticados por estas pessoas são nulos e responsabiliza pessoalmente as pessoas que os cometeram. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que nos termos da lei o Conselho de Administração continua em funções até à sua efectiva substituição, substituição que se vai efectivar nesta reunião, sob proposta ora apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara. Disse que a responsabilidade deste Executivo é aquela que assumiram desde o momento que tomaram posse e que falta de responsabilidade eram os vencimentos auferidos por autarcas que presidiram este Conselho de Administração, completamente desenquadrados de qualquer norma legal. --

-----Mais disse que este Conselho de Administração é exemplar, não auferindo qualquer remuneração ou ajuda de custos, uma vez que a empresa se encontrava e encontra em situação muito difícil, situação que muito se deve aos anteriores Conselhos de Administração, dos quais o Senhor Vereador Júlio Santos presidiu e tendo auferido rendimentos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que nos termos do artigo 8.º dos Estatutos da EMCEL, que citou “O mandato dos titulares do Conselho de Administração coincidirá com o dos titulares dos órgãos autárquicos, sem prejuízo dos actos de exoneração e da continuação de funções até à efectiva substituição”. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores, Júlio Santos e Victor Santos, nomear o Senhor José Francisco Gomes Monteiro para Presidente e os Senhores José Luís Saúde Cabral e António Graça Silva, para vogais do Conselho de Administração da EMCEL.** -----

-----Declaração de voto vencido do Senhor **Vereador Victor Santos**:-----

-----Voto contra esta proposta, porquanto consubstancia a acumulação de funções na EMCEL e na Câmara Municipal, que poderá por em causa a acção fiscalizadora desta Câmara à Empresa Municipal.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** informou o Senhor Vereador que violaria se o Conselho de Administração fosse remunerado, o que não acontece, nem nunca aconteceu no anterior mandato, solicitando, informação comprovativa desta sua afirmação ao ROC da Empresa Municipal. Informou que nos termos da legislação em vigor a entidade fiscalizadora é o Revisor Oficial de Contas. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que a sua questão não tem a ver com questões legais, mas sim com o princípio de gestão que deveria ter sido seguido, nomeadamente com a acumulação de funções entre uma entidade fiscalizadora e uma entidade gestora. -----

-----Declaração de voto de vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos**: ---

-----Voto contra a proposta porquanto como o Senhor Presidente acabou de referir o mandato do Conselho de Administração da EMCEL coincide com o mandato dos órgãos autárquicos. Ora a verdade é que no dia 11 de Outubro de 2009, o actual Senhor Vereador António Silva não foi eleito, pelo que não garantiu a sua continuidade automática nos órgãos da autarquia. Assim sendo, todos os actos praticados pelo Conselho de Administração entre o período de 11 de Outubro de 2009 a 10 de Janeiro de 2010 são nulos e de nenhum efeito. Do facto se irá dar conhecimento ao IGAL para que se faça a respectiva acção inspectiva à empresa e se irão accionar outros mecanismos que levem à responsabilização pessoal dos membros do Conselho de Administração responsáveis pelos mesmos. Requeiro certidão desta declaração de voto. -----

-----**VIII - REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que a pedido do Senhor Vereador Júlio Santos que considerava que a Câmara Municipal deveria dispor de um regimento que dispusesse algumas regras para o

funcionamento deste órgão, tomou o pedido em consideração e por concordar com a pertinência do mesmo, apresenta para apreciação deste órgão a proposta que se transcreve: -----

-----“Considerando que, não obstante a competência directamente atribuída pela lei à Câmara e ao Presidente da Câmara sobre a matéria versada, é de toda a conveniência que a Câmara Municipal de Celorico da Beira disponha de um regimento que constitua entendimento deste órgão quanto a algumas regras essenciais ao seu funcionamento; -----

-----Assim sendo, sou a propor que a Câmara delibere, nos termos da alínea a), n.º 1, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar o Regimento da Câmara Municipal de Celorico da Beira, com a redacção apresentada em anexo”. (**anexo III**)-----

-----De seguida deu a palavra aos Senhores Vereadores para que possam dar os seus contributos para a versão final do documento, porque considera que a decisão deveria ser consensual.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos**, disse que no geral nada tem a apontar ao regimento apresentado, até porque a sua elaboração resulta e cumpre a legislação em vigor, contudo considera ser um pouco redutor limitar o tempo relativo ao período de Antes da Ordem do Dia, na sua opinião não deveria ser indicado nenhum espaço temporal, para este fim.---

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a intenção não é retirar a palavra aos Vereadores, mas tão só estabelecer regras, que considera importante, até porque o período Antes da Ordem do Dia tem vindo sucessivamente a aumentar de reunião para reunião, ocupando quase 50% do tempo das mesmas.-----

-----**A Câmara, nos termos do disposto na alínea a), n.º 1, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, com a redacção dada pela Lei n.º 5-**

A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou aprovar o regimento interno das reuniões de Câmara de Celorico da Beira, que se anexa, à presente acta, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos e a uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos. -----

-----Declaração de voto vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos**: -----

-----Votei contra, porquanto: -----

-----1.º - É falso que o Vereador Júlio Santos o tenha solicitado. O que o Vereador fez foi perguntar se existia algum regimento para as reuniões de Câmara; -----

-----2.º - Não participei na discussão porque há muito percebi que não vale a pena alimentar discussões relativas a decisões que já vêm tomadas de antemão; -----

-----3.º - Pensam os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, bem como o Senhor Presidente que é calando as vozes da oposição que elas não existem, mas esse logro muitos outros já antes caíram o qual se vieram a arrepender posteriormente. Da discussão nasce a luz disse o filósofo; -----

-----4.º - Seja feita a vossa vontade. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que às vezes acusam o Executivo que não enviam a documentação; os documentos foram todos enviados atempadamente, tiveram tempo mais que suficiente para se pronunciarem e analisar os mesmos. Disse que, segundo palavras do Senhor Vereador Júlio Santos “é um logro em que muitos outros já antes caíram o qual se vieram a arrepender posteriormente”, de facto se se fizer uma análise do passado onde os assuntos eram casuisticamente apresentados às reuniões de Câmara, tendo sido já previamente decididos em casa e depois votados, é realmente um logro em que muitos caem e caíram como é o caso do Senhor Vereador Júlio Santos. Mas não é o caso. É um Executivo que trabalhou no mandato anterior com os Senhores

Vereadores da Oposição em que todos defenderam os interesses do Concelho. Infelizmente esse não é o caso actual em que o Senhor Vereador Júlio Santos se limita apenas a intervenções que de construtivo nada têm. Mas também não nos admiramos, nem os Celoricense, porque todos o conhecem. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que na sua opinião esta declaração do Senhor Vereador Júlio Santos é completamente despropositada, em primeiro lugar, porque o Senhor Vereador do MAJUSP é o elemento do Executivo que mais uso faz da palavra, depois porque, aquando da apresentação da proposta colocou a mesma à discussão e solicitou que os Senhores Vereadores se pronunciassem sobre a mesma. --

-----**IX - EMCEL - ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2010**-----

-----Dando cumprimento ao estipulado na alínea a), do n.º 2, do artigo 39.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e do n.º 1, do artigo 31.º dos Estatutos da Empresa Municipal Celoricense, foi presente pelo Senhor Presidente da Câmara para discussão e posterior aprovação, o documento referenciado em epígrafe, que fica a fazer parte integrante desta acta **(anexo IV)**.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para fazer a apresentação do orçamento previsional da EMCEL para o ano de 2010.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que a EMCEL tem vindo a traçar uma trajectória positiva relativamente ao subsídio dependência da Autarquia, que tem vindo a diminuir, prevendo-se que atinja o seu pico em 2011 com uma total independência relativa à Câmara Municipal e consolidação enquanto empresa. Disse que a EMCEL é uma

entidade onde é necessário existir um controle apertado do despesismo, resumindo-se ao essencial para o seu funcionamento.-----

-----Referiu como principal inovação para o ano de 2010 a criação de um Gabinete de Turismo. A Administração da EMCEL está a fazer uma clara aposta nesta área, por ser de extrema importância para o desenvolvimento e crescimento do Concelho, dando continuidade ao trabalho já iniciado pela autarquia, com o apoio e criação de infra-estruturas capazes de dar a resposta desejada por parte dos agentes turísticos que procuram o Concelho de Celorico da Beira. -----

-----Relativamente às várias unidades da EMCEL, referiu que estão a estudar uma reengenharia do Solar do Queijo, para que apresente um volume de vendas maior, porque é uma unidade que tem tudo para isso, contudo a atitude dos profissionais que o integram nem sempre a melhor para atingir este objectivo. -----

-----Disse também que a Administração tinha já, no imediato, a preocupação de definir uma evolução em termos de carreira, que permita aos funcionários da EMCEL, poderem progredir e assegurando os seus direitos, deveres e obrigações.-----

-----Frisou que, também não colocam de parte a hipótese de poderem estabelecer, nos termos da lei uma eventual parceria público-privada com as unidades de negócio da EMCEL. Disse ainda que não colocam de parte uma possível transferência de infra-estruturas e equipamentos ora geridos pela EMCEL, mas que na sua opinião não faz sentido nenhum que assim seja, devendo os mesmos voltar para a gestão da Autarquia.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por perguntar quais eram e se já foram apresentadas as orientações estratégicas da EMCEL, porque não se recorda que o tivessem sido. -----

-----Solicitou de seguida que pretendia ter acesso aos contratos-programa celebrados entre a EMCEL e a Câmara Municipal, elaborado nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.-----

-----De seguida colocou várias questões sobre o orçamento, designadamente o facto de existir em quase todas as unidades oscilações de valores em termos de pessoal, bem como aumentos ou diminuições de valores em termos de prestações de serviço, pretendendo mesmo saber em alguns casos a que se referiam essas prestações, caso dos Serviços Administrativos e do Castelo de Celorico da Beira.-----

-----Relativamente às Escolas e Jardins de Infância gostaria de ser esclarecido e que fosse especificado a quem são prestados os serviços e quais os critérios para tal.-----

-----Pretendeu ainda ser esclarecido sobre quais os pressupostos e critérios na elaboração do orçamento da EMCEL para preverem um aumento de 50% das vendas de mercadorias, relativamente ao previsto para 2009 e de mais de 100% relativamente ao conseguido em 2008 e 2009. Tendo requerido ao Senhor Presidente que solicite ao ROC da EMCEL, para se pronunciar sobre a razoabilidade dos pressupostos assumidos, na previsão de vendas do orçamento apresentado.-----

-----Pergunta se o Bar do Jardim está concessionado uma vez que não apresenta registo de vendas.-----

-----Pretendeu também saber o porquê da criação de um Gabinete de Turismo na EMCEL, porque tanto quanto sabe existe um na Autarquia. -----

-----Pretendeu também saber o que faziam durante o resto do ano os funcionários que trabalham durante o Verão nas Piscinas da Lageosa do Mondego. -----

-----Em resposta o Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que iriam ser dadas novas tarefas e seriam redistribuídos os funcionários de forma a tornar a EMCEL mais produtiva, daí existirem essas oscilações na rubrica de Pessoal, em algumas unidades.-----

-----Referindo-se uma vez mais em concreto ao Solar do Queijo, disse que na altura em que este Executivo tomou posse no anterior mandato, registava um volume de vendas quase inexistente e que actualmente

contraria esse problema, através de uma procura constante de novos mercados, dando como exemplo a certificação do requeijão Serra da Estrela.-----

-----Relativamente aos serviços prestados pelos Serviços Administrativos esclareceu que os mesmos dizem respeito ao apoio prestado aos agricultores do Concelho, no que diz respeito à elaboração da contabilidade não organizada. No Castelo de Linhares da Beira as vendas referem-se a livros, postais, aluguer de espaços, exposições, etc.-----

-----Escolas e Jardins de Infância é um serviço prestado à Câmara Municipal, no âmbito da transferência de competências nesta área. -----

-----Relativamente ainda ao Castelo de Linhares informou que irá ser feita uma transferência do posto de turismo que funciona no seu interior, para passar a existir na capela da Pousada. -----

-----No que se refere as pessoas que trabalham nas Piscinas da Lageosa informou que se tratavam de contratos eventuais sem qualquer vínculo à Câmara Municipal. -----

-----Relativamente ao aumento de vendas no Solar do Queijo reiterou que tem existido uma preocupação em desenvolver novos produtos, caso do requeijão, bem como do borrego, e também a procura de novos mercados para venda. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que a sua pergunta prendia-se com o facto de preverem um aumento de 100% das vendas com uma diminuição de pessoal, o que lhe parece algo difícil de se conseguir, tanto mais que, nos documentos da prestação de contas, constata-se uma diminuição das vendas em 2007.-----

-----Questionou ainda sobre qual o número de funcionários que em termos previsionais irão integrar o Gabinete de Turismo.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** explicou que existe um projecto de abertura do Solar do Queijo ao comércio electrónico, bem como a

especialização de recursos humanos de forma a haver um maior aproveitamento dos recursos nesta unidade. Relativamente ao Gabinete de Turismo disse que a previsão estava feita para 6 a 7 pessoas.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** começou por fazer as seguintes questões:-----

-----1. Em que dia é que foi aprovado em Conselho de Administração o orçamento. Solicitando que lhe seja dada informação escrita sobre em que dia foi aprovado o presente orçamento, bem como cópia da respectiva acta; - -----

-----2. Quantas pessoas é que tem o quadro de pessoal;-----

-----3. Quantas pessoas estão afectas às Piscinas Municipais; -----

-----4. A EMCEL tem pessoas/funcionários sobre a sua alçada como auxiliares de educação nas escolas do Concelho;-----

-----5. Quantos produtores certificados é que estão a fornecer queijo ao Solar do Queijo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou que o Senhor Vereador colocasse as suas questões por escrito e que o Conselho de Administração da EMCEL responderia às mesmas, oportunamente.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** continuou dizendo que esta empresa está a ser tratada como uma barraca de feira, a estratégia para esta empresa, quando foi criada não era esta. -----

-----Disse que o Bar do Jardim resume-se a um bar de miúdos, quando era um espaço de eleição. O Centro Coordenador de Transportes deixou de existir, bem como a cantina que lá funcionava e que servia os funcionários da autarquia. O Lagar Municipal que era para ser um restaurante de qualidade está transformado num restaurantezito, que faz concorrência ao comércio local.-----

-----Disse que o actual Executivo tinha acabado com a Empresa Municipal e sobretudo acabaram com o conceito dessa empresa que era o queijo da Serra da Estrela. Continuou dizendo que, hoje, pelo que sabe andam a fazer cabazes de Natal com o queijo comprado em fábricas e produtos locais que não o são e comprados em superfícies comerciais como o Ecomarché. Concluiu dizendo que a política deste Executivo é acabar com a Empresa Municipal. -----

-----Disse ainda que este Executivo afasta as empresas e os empresários do concelho. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que, as heranças daquela empresa, por parte do Senhor Vereador Júlio Santos foram o salário “chorudo” que recebia do Conselho de Administração de então. Relembrou que na altura também recebiam e vendiam toneladas de queijo e no entanto a empresa estava falida. Disse que realmente é de lamentar que tenham que ouvir despropósitos destes, quando estão a tentar manter uma empresa que estava abandonada e sem qualquer estratégia. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor Santos, aprovar o Orçamento da EMCEL para o exercício económico de 2010.** -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----Voto contra porquanto não foi cumprido o que está previsto na Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, nomeadamente no seu artigo 16.º relativo à prestação de contas das empresas municipais. -----

-----Declaração de voto vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos**: -----

-----A minha declaração de voto vencido fundamenta-se nos seguintes factores: -----

-----1.º) O orçamento ora apresentado e votado é nulo, porquanto foi aprovado por um Conselho de Administração cujos membros não tinham legitimidade para o aprovar;-----

-----2.º) Analisados os diversos itens ressalta que não passa de uma engenharia financeira. Efectivamente não se explica suficientemente a providência das receitas, muito menos se expressa a realidade das despesas. Finalmente para uma empresa que existe há cerca de 10 anos e que já devia estar consolidada em termos daquilo que era a sua função inicial, isto é, a valorização dos produtos qualificados de origem local, mormente o queijo da serra, é com mágoa que vê que a mesma com a gestão a que tem sido votada não passa de um pequeno entreposto, para funcionários que a Câmara Municipal não pode contratar e um pequeno entreposto comercial que faz concorrência permanente e acérrima ao comércio local.-----

-----**X - REAPROPRIAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL DOS LOTES EDIFICADOS NOS PRAZOS PREVISTOS NO REGULAMENTO DO LOTEAMENTO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO APRESENTADA PELO VEREADOR JÚLIO SANTOS**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Júlio Santos para a fazer a apresentação do assunto, uma vez que o mesmo foi agendado a seu pedido.-----

-----Pelo Senhor **Vereador Júlio Santos**, foi apresentada a presente proposta, argumentando que é do conhecimento público que o Parque Industrial continua a ter vários lotes de terreno por construir, e nos termos do Regulamento do Loteamento os proprietários desses lotes tinham dois anos para construírem e caso não fosse possível nesse período de tempo era-lhes concedido mais um ano para finalizarem essas obras. Mencionou que com base no Regulamento, a Câmara tem plenos poderes para obrigar

os proprietários a restituir-lhes esses terrenos, porque é um dever que assiste a este Município, o de fazer cessar esses contratos para depois poder usar esses lotes de terreno em proveito de outros, até porque tem conhecimento de que há pessoas interessadas em instalar-se neste Concelho e deste modo são obrigadas a procurarem outros concelhos para se localizarem. Por fim, frisou que é fundamental para a Autarquia reaver esses bens.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** relativamente à opinião do Senhor Vereador Júlio Santos sobre a tomada de posição quanto aos lotes que se encontram por construir no Parque Industrial, referiu não conhecer quais os terrenos como também o Regulamento do Loteamento. Disse que gostaria que fosse feito um levantamento exaustivo dessa situação, acompanhado de um parecer jurídico sobre a possível reapropriação dos lotes.- -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que esses lotes foram vendidos, havendo prazos estipulados para o processo de construção nos lotes que é de dois anos, mas na altura as pessoas não iniciaram as obras por vários motivos, não estavam feitas as infra-estruturas e isso condicionou em certa medida as construções.-----

-----Disse que na sua opinião deveria ser feito um levantamento exaustivo desses lotes que estão por construir e propor aos proprietários que dêem cumprimento ao estipulado no Regulamento do Loteamento e caso não se encontrem receptivos, cabe-lhes disponibilizarem os lotes a quem estiver interessado. Referiu ainda que pensa existirem dois lotes por ocupar e existe outro lote que o proprietário já apresentou a respectiva licença. Mas considera que o processo se deve iniciar com a auscultação dos proprietários dos lotes e só posteriormente passar-se à reapropriação dos lotes.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** quer que a Câmara dê cumprimento ao Regulamento do Loteamento.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** requereu cópia do referido Regulamento.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com um voto a favor do Senhor Vereador Júlio Santos, uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos e três votos contra do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores José Luís Saúde Cabral e António Silva, não aprovarem a proposta apresentada pelo Senhor Vereador Júlio Santos, nos moldes propostos.-----

-----**XI - CRIAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO APRESENTADA PELO VEREADOR JÚLIO SANTOS**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Júlio Santos para a fazer a apresentação do assunto, uma vez que o mesmo foi agendado a seu pedido.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** começou por dizer que os carros estacionam em cima do passeio, junto ao Café Casulo e na Praceta Sacadura Cabral e parece-lhe que não foi para esse fim que foi construído, se foi, será de toda a conveniência colocar um sinal de permissão de estacionamento, de forma a legitimar o seu uso.-----

-----Refere que, se a Câmara permite o estacionamento nesse local, deve criar um parque de estacionamento junto à Capela, com alguns lugares destinados às pessoas que habitualmente o fazem em cima dos passeios. Seguidamente questionou o Senhor Presidente porque não fazer

na Corredoura mais estacionamento no seguimento dos já existentes e que são em espinha.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que em seu entender já existe junto ao Café Casulo, um estacionamento. Quanto à questão da Praceta Sacadura Cabral foi um projecto idealizado por outro Executivo mas é intenção deste Executivo reformular esse espaço e fazer alguns lugares de estacionamento. Foi referido ainda pelo Senhor Presidente que irão tomar medidas nesse sentido.-----

-----No que diz respeito ao Bairro de Santa Eufêmea o Senhor Presidente disse que aquando da requalificação desse local, foram privilegiados mais estacionamento dos que aqueles que estavam previstos, informando que foi feito um debate público, onde foram ouvidos os moradores daquela zona e esta Câmara foi ao encontro dos desejos da população.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que na Praceta Sacadura Cabral e no Bairro de Santa Eufêmea a criação de mais estacionamento nesses locais poderá tornar-se de difícil resolução, por acarretar maior investimento. O Senhor Vereador pensa que em termos legais, junto ao Café Casulo não se pode estacionar, mas talvez a falta de estacionamento na zona, seja uma necessidade e por isso as pessoas o façam em cima dos passeios, mas bastava a colocação de uma placa de sinalização, talvez sem grandes custos para a autarquia e que permitisse estacionar, evitando assim conflitos entre as entidades policiais e os utentes.-----

-----A opinião do Senhor Vereador é de que sejam votadas separadamente, cada uma das situações apresentadas porque não são todas iguais e votar favoravelmente a proposta de colocação de uma placa de sinalização junto ao Café Casulo.-----

-----O Senhor Vereador disse que para esta situação em especial, vota favoravelmente.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com um voto a favor do Senhor Vereador Júlio Santos, uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos e três votos contra do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores José Luís Cabral e António Silva, não aprovar a proposta de criação de Lugares de Estacionamento, nos moldes em que foi apresentada.-----

-----O Senhor Vereador Victor Santos referiu que se abstém porque são propostas diferentes e que deveriam ter um tratamento diferente. -----

-----O Senhor Vereador José Luís Cabral disse votar contra porque os assuntos devem ser estudados e debatidos pelo Executivo. Depois de analisadas as situações o Senhor Presidente da Câmara encaminhá-los-á para nova reunião de Câmara. -----

-----“**SUBCONCESSÃO DOURO INTERIOR, IP2 – TRANCOSO/CELORICO DA BEIRA IP5**” – **PROJECTO DE DESVIO DE TRÂNSITO TEMPORÁRIO** -----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, referindo que na sequência do projecto de desvio de trânsito temporário, apresentado pela empresa OPWAY, S.A., em 16/12/2009, com registo de entrada n.º 15236, na qual se informa que no mesmo dia ocorreu uma reunião na Junta de Freguesia de Açores, com a presença dos Técnicos da OPWAY, S.A., do Senhor Presidente da Junta e da Técnica desta autarquia Eng.^a Delfina Fonseca.-----

-----Na referida reunião foi explicado, quer em planta, quer no local, qual a intervenção a efectuar.-----

-----O projecto de desvio de trânsito temporário visa estabelecer as regras e princípios de segurança a obedecer para a execução dos

trabalhos da empreitada de construção acima referenciada, nomeadamente a construção da Passagem Superior n.º 12 (PS12).-----

-----Para a construção da Passagem Superior, localizada na Rua do Outeiro (ligação de Aldeia Rica a Açores), será necessário implantar a estrutura de fundação na via existente que afectará a Rua do Outeiro. Pelo que se torna necessário desviar o trânsito pela Rua dos Tanques e Rua da Escola, tendo como princípio básico salvaguardar a segurança quer dos trabalhadores que realizam trabalhos nesta zona, quer utilizadores da via. --

-----Tendo em consideração a existência do cemitério que serve tanto a Aldeia Rica como Açores, foi informado que será garantida a passagem pedonal na zona de trabalhos afecta à construção da PS12, através de um caminho devidamente sinalizado e delimitado, garantindo as condições de segurança do mesmo. -----

-----Este Caminho Pedonal permitirá o acesso ao cemitério pelos munícipes de Aldeia Rica, visto que os munícipes de Açores têm o acesso assegurado por caminho asfaltado (existente). -----

-----A sinalização temporária a implementar na PS12 cumprirá o estipulado legalmente, garantindo a segurança de todos os utentes da via e dos intervenientes na execução dos trabalhos. -----

-----Em toda a zona adjacente ao desvio das vias será materializado um balizamento com Perfis Móveis de Plástico (PMP's) e/ou Perfis Móveis de Betão (PMB's). Será colocada, adicionalmente, junto aos PMP's e PMB's uma baia de posição, equipada com trafilampos, de modo a aumentar a visibilidade dos elementos em questão. -----

-----No desvio de trânsito será instalado um esquema de sinalização com recurso a perfis móveis de plástico ou betão, baias de posição e lanternas sem fios, trânsito proibido com painel adicional com indicação de distâncias ao corte de via e indicação de desvio. -----

-----Também é referido que será assegurada através de presença permanente de uma equipa de sinalização, a conservação, manutenção e

limpeza da sinalização no nível exigido, bem como a reposição imediata de todo o equipamento deteriorado ou danificado em acidentes. -----

-----As obras decorrerão entre Janeiro e Julho de 2010.-----

-----Todos estes assuntos foram tratados e explicados na reunião com o Senhor Presidente da Junta de Açores, tendo o mesmo concordado com a proposta apresentada.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que foi noticiado pela imprensa que a obra da IP2, não tem visto do Tribunal de Contas, e se assim for essa obra vai ficar parada. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que não compete à Autarquia este tipo de análise, porque segundo o Ministério das Obras Públicas esta obra não pode parar. -----

-----Referiu que a Câmara terá que propor uma alternativa de passagem que se verifica entre Aldeia Rica e Açores e outra pelo caminho do Cemitério. Quanto à parte pedonal será salvaguardada a passagem dos transeuntes. Disse ainda que foi feita uma reunião com várias pessoas intervenientes no assunto.-----

-----**Com base na informação apresentada, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de desvio de trânsito temporário, sendo salvaguardado o acesso ao cemitério e às propriedades agrícolas.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Neste momento o Senhor **Vereador Júlio Santos** saiu da reunião e não retomou os trabalhos.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----O Senhor José Albano Pereira Marques começou por desejar um Bom Ano a todos os presentes e cumprimentou o Senhor Presidente pela forma exemplar e íntegra como dirigiu esta reunião de Câmara. Disse que nos termos da lei é competência do Presidente da Câmara abrir e encerrar as reuniões, por isso solicita na qualidade de Deputado Municipal que o Senhor Presidente não processe a senha de presença do Senhor Vereador Júlio Santos, uma vez que se ausentou antes de ter sido encerrada a reunião pelo Senhor Presidente, tendo abdicado desse direito.-----

-----De seguida disse que esta reunião de Câmara tinha sido atípica e que gostaria de aconselhar o Senhor Presidente da Câmara a fazer uma interrupção durante estas reuniões tão extensas, a bem de todos os que nela intervêm. -----

-----Disse também que considera ser de todo interesse que os Senhores Vereadores reduzissem a escrito as suas intervenções e as entregassem à mesa, porque desta forma agilizavam o trabalho de quem está a secretariar a reunião, para além de que os Senhores Vereadores assim teriam a certeza que ficaria registado em conformidade com o pretendido. -----

-----Relativamente à discussão dos assuntos reiterou que o Senhor Presidente esteve muito bem na condução dos mesmos, no entanto é da opinião que algumas verdades deveria ser ditas, porque há Vereadores que já ocuparam o lugar de Presidente de Câmara que sabem muito bem como foi feita a gestão da autarquia e da EMCEL, no passado, e o Senhor Presidente terá que questionar isso, porque não foi a Acção Social, com os seus apoios ou a Creche Municipal que prejudicou o seu mandato, foram sim, os erros do passado. -----

-----Continuou dizendo que o actual Executivo deve fazer de tudo para recuperar a Fundação e aí sim, alojar a Creche Municipal, fechando uma creche que lá funciona ilegalmente e recuperando um património que pertence aos Celoricenses. -----

-----Por último apresentou um pedido de desculpas em nome do público hoje presente nesta reunião, por alguma coisa menos própria, mas também

não admitiam ser apelidados de palhaços pelo Senhor Vereador Júlio Santos, que assumiu desde o início da reunião uma atitude provocatória para com as pessoas presentes na reunião. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram quinze horas e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----